

FAMÍLIA NUCLEAR: um ideário de proteção contra a violência.

Dr^a. Viviane Neves Legnani; Ms. Altair José dos Santos; Camila Balduino Soares; Carla Henrique Gomes; Gabriela Vieira Lopes; Lethícia Vargas Pereira.

Faculdade de Educação - Universidade Federal de Goiás

altairjsantos@gmail.com

1.0 Introdução

A discussão sobre a família despertou e ainda desperta o interesse de diversos pesquisadores. No campo da sociologia, Horkheimer e Adorno (1956) indicam que diversas concepções sobre a família foram elaboradas, dentre as quais se destacam as concepções naturalizantes da família. Para alguns autores, “a família seria uma configuração natural e eterna, anterior a qualquer sociedade organizada” (p. 135). Na Modernidade, essa concepção de família deu espaço para a crença no afeto educativo da família burguesa, ou seja, em sua configuração nuclear, como alternativa anunciada por profissionais, forjados nessa mesma ordem, para a saúde psíquica do sujeito (BEHENCK; SCHNEIDER, 2004).

Em perspectiva contrária a essa concepção da família, como um elemento natural, situa-se a discussão de Horkheimer e Adorno (1956). Para esses autores, a família

apresenta-se primeiro como uma relação espontânea e natural que, depois, vai se diferenciando até chegar à moderna monogamia e, em virtude desse processo de diferenciação, cria uma área distinta, que é a das relações privadas. [...] Na verdade, a família não só depende da realidade social, em suas sucessivas concretizações históricas, mas também está socialmente mediatizada, mesmo em sua estrutura mais íntima (p.133).

A família é, portanto, um elemento histórico que, em intrínseca relação com a dinâmica social, se modifica. Seu modelo burguês, privado foi germinado no início da Modernidade e seu auge situa-se no século XIX. Mas a história da família é mais antiga. A investigação de sua origem revela um estado amoral aos olhos dessa sociedade (ENGELS, 1975).

Conforme esse mesmo autor, na história primitiva da família, são identificados estados de poligamia, poliandria e monogamia. Estados estes que compõem a história da instituição familiar, coexistindo em certos momentos e se modificando à medida que o homem aprimora sua relação com a produção material. Em lugar de uma descendência patrilinear, encontramos nos primórdios da história da família, a descendência matrilinear. Em oposição à esfera privada da família moderna, encontramos a família medieval dissolvida em meio à comuna. Antecedendo a ordem do capital vislumbramos a tradição intrínseca à religião.

À medida que o homem adquire o controle do cultivo e da criação de animais ele se fixa em um único lugar. Nesse mesmo contexto a escassez de mulheres exige que os matrimônios se dêem por rapto ou compra. A família que surge nesse contexto, fim do período neo-paliolítico, foi denominada por Morgan (1871 apud ENGELS, 1979) como *família sindiásmica*, caracterizada pela união de um casal. Os laços ainda eram frouxos. A qualquer momento ambos poderiam dar cabo da relação e os filhos se

mantinham sob os cuidados das mulheres. Estas eram responsáveis pela casa, ao passo que o homem, detentor das ferramentas, se dedicava a criação de animais e ao cultivo.

Segundo Ariès (1978), as restrições impostas ao matrimônio se reconfiguraram ao longo da história produzindo estruturas familiares diferentes. Mesmo no modelo matrimonial monogâmico a organização familiar se modifica. Cada uma dessas famílias possui uma dinâmica própria que produz e reproduz estruturas sociais, emocionais e psíquicas para cada contexto.

Com o anúncio da Modernidade se inicia um processo de transformação no cerne da comunidade. A princípio a família moderna ainda era muito próxima a “configuração de família” que se tinha no período medieval, se privatizando à medida que a relação com o capital se aprimorava, culminando no modelo nuclear tão estimado no século XIX (ENGELS, 1975).

Em trabalho desenvolvido por Souza e Peres (2002) em Goiânia no ano de 2001, foram identificados treze desenhos familiares, sejam eles: *Nuclear Simples*, formada por um casal e seus filhos; *Mononuclear*, constituída por um casal sem filhos; *Monoparental Simples*, a qual pode ser feminina ou masculina e é organizada em torno de uma figura que não tem companheiro residindo na mesma casa, podendo ou não residir com os filhos; *Nuclear Extensa*, família nuclear com agregado adulto co-habitando; *Nuclear com Avós Cuidando de Netos*, casal de avós que cuida de netos com menos de 18 anos; *Nuclear Reconstituída*, casal cujo um ou ambos os cônjuges já tiveram outra união anterior, podendo ter filhos ou não; *Nuclear com Crianças Agregadas*, família nuclear cuidando de crianças que não são filhos; *Monoparental com Crianças Agregadas*, família monoparental que cuida de crianças que não são filhos; *Monoparental Extensa*, família monoparental com agregado adulto residindo na mesma casa; *Atípica*, indivíduos adultos e/ou adolescentes co-habitando sem vínculos sanguíneos, incluindo também pessoas que moram sozinhas e casais homossexuais. A amplitude de organizações familiares aponta, conforme Santos (2004), para o movimento de modificação social que se expressa na esfera familiar. Nestas configurações familiares é possível identificar elementos semelhantes e diferentes com relação à família nuclear burguesa.

Adotando essa perspectiva, o trabalho em tela objetiva compreender a constituição da família através da investigação das diferentes configurações familiares que emergiram ao longo do processo histórico, a fim de discutir se alguma configuração hodierna é menos propulsora de violência física de pais/cuidadores contra filhos/dependentes. Além disso, visa-se verificar a relação do desempenho de papéis objetivos no cerne da família com a agressão física de pais ou cuidadores, voltados para seus filhos ou dependentes. O presente trabalho é um desdobramento da pesquisa *Configurações Familiares e Práticas Educativas* que investiga os processos psíquicos de pais ou cuidadores agressores de filhos ou dependentes. Objetiva ainda apreender a posição subjetiva dos membros das famílias com casos de violência física contra crianças e/ou adolescentes, mais especificamente, compreender a posição subjetiva ocupada pelo agressor, sem assumir uma postura que o culpabilize ou vitimize.

Compreende-se que tal estudo tem sua relevância por tratar de uma instituição fundamental para a relação entre indivíduo e sociedade. Ela media a relação entre ambos, reproduzindo alguns aspectos e negando outros. A família, com a Modernidade, torna-se indispensável nessa díade por ser responsável pelos primeiros cuidados à criança, permitindo sua sobrevivência e desenvolvimento. Além disso, a família é a primeira instância socializadora na qual o sujeito está inserido, onde aprenderá papéis sociais históricos e culturalmente desenvolvidos e valores indispensáveis à vida social. É, portanto, na família que o indivíduo inicia o processo de humanização.

2.0 Metodologia.

A metodologia do trabalho compreendeu revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos que discutem os temas família, educação e violência intra-familiar. Além disso, comporta também pesquisa empírica que implicou a realização de questionários em famílias denunciadas nos Conselhos Tutelares de Goiânia por agressão física de pais ou cuidadores contra seus filhos ou dependentes.

A seleção das famílias que participaram da investigação ocorreu mediante os prontuários dos Conselhos Tutelares. Esses órgãos foram escolhidos como mediadores do contato com as famílias por, conforme o *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990), entre outras atribuições, receberem denúncias de famílias com casos de maus-tratos contra crianças ou adolescentes. Desse modo, era possível localizar famílias com casos de violência. Além disso, cada Conselho Tutelar cobre uma região da cidade de Goiânia, sendo possível, assim, trabalhar com famílias representativas da população da cidade.

Os seis Conselhos Tutelares da cidade de Goiânia foram visitados para um primeiro contato e recolhimento de autorizações à realização do trabalho. Posteriormente retornou-se aos órgãos a fim de coletar, através dos prontuários de denúncias, famílias que poderiam participar da pesquisa. Os critérios para seleção dos prontuários eram: 1) denúncias de violência física de pais ou cuidadores contra filhos ou dependentes; 2) as denúncias mais recentes. Além disso, foi necessário optar por aqueles prontuários que os dados estavam mais completos e acessíveis, incluindo nome dos moradores da casa, endereço completo, idades, o indicativo do desenho familiar e a residência conjunta entre agressores e vítimas.

Noventa e quatro (94) prontuários atendiam aos critérios estabelecidos, sendo, portanto, selecionadas. Destes, quarenta e uma (41) foram escolhidos para realização de visitas as famílias. Uma vez que essa metodologia compreende a primeira etapa da adotada para a realização da pesquisa *Configurações Familiares e Práticas Educativas*, o critério para visitas domiciliares compreendia a seleção de famílias com configurações familiares diversas em cada conselho. Ao fim dessa etapa deveria ser possível selecionar seis famílias, uma de cada região da cidade de Goiânia e cada uma com configuração familiar particular. Desse modo, as visitas foram realizadas até que se obtivesse esse panorama. À medida que configurações familiares repetidas eram encontradas em regiões distintas, realizavam-se novas visitas. O número de famílias visitadas, destarte, não foi previamente estabelecido.

O panorama das famílias visitadas é o seguinte: cinco (5) famílias com falhas no endereço, o que impossibilitou o contato; oito (8) famílias não encontradas após a segunda visitada; oito (8) famílias que haviam se mudado; duas (2) famílias desistentes; quatro (4) famílias recusaram responder aos questionários e quatorze (14) famílias participantes. Destas quatorze, duas residências comportavam mais de um núcleo familiar, implicando, ao fim, dezessete (17) famílias participantes.

As cinquenta e três (53) famílias não visitadas se distribuem da seguinte forma: sete (7) famílias com falhas no endereço escrito, impossibilitando encontrar o endereço no mapa ou identificar o local da residência; vinte e duas (22) famílias com denúncias mais antigas, anteriores a outubro de 2008; quatorze (14) famílias com dados relevantes, como nome dos membros ou endereço, ausentes e dezoito (18) famílias que se enquadravam nos critérios de visita, mas que não foram visitadas a princípio, podendo ser visitadas caso o seguimento da pesquisa exigisse. Uma mesma família pode não ter sido selecionada para a visita por mais de um motivo.

Com as famílias que aceitavam participar da pesquisa, depois de explicados os objetivos desta, era solicitado a assinatura dos *Termos de Consentimento Livre e Esclarecido* (TCLE's). Cada sujeito, com idade igual ou superior a dezoito anos permitia individualmente sua participação. A permissão para inclusão de menores em idade escolar na pesquisa era fornecida pelos pais ou responsáveis. Feito isso, solicitava-se ao responsável pela família que respondesse ao Questionário Geral, enquanto todos os membros da família respondiam um Questionário Individual.

Foram construídos dois questionários: o geral, a ser respondido por um dos membros responsáveis pela família, no qual constam informações como renda familiar e outras características gerais da família; e o individual, a ser respondido por todos os membros da família, com o objetivo de identificar, dentre outros dados, a configuração familiar que inclui a figura de autoridade, a reserva afetiva e o provedor material. Além disso, dados como: número de membros e idade, sexo, parentesco, escolaridade, atividade profissional de cada membro da família e o apelo ou não a práticas violentas como recurso educativo foram coletados. Os questionários foram elaborados pelos pesquisadores, sendo testados em sessenta e duas (62) famílias, o que visava verificar a validade do instrumento.

3.0 Resultados

Noventa e quatro (94) famílias foram selecionadas através dos prontuários nos Conselhos Tutelares de Goiânia, o que indica que a violência física intra-familiar ainda é uma prática utilizada na contemporaneidade. Destas, dezessete (17) famílias responderam aos questionários, das quais, 65% são nucleares; 29% são monoparentais e 6% se configuram como atípicas, conforme a classificação estabelecida por Souza e Peres (2002). Esses dados, que podem ser vislumbrados na Tabela 1, indicam que a violência física de pais ou cuidadores contra filhos ou dependentes pode perpassar qualquer configuração familiar.

Tabela 1 – Distribuição das famílias participantes por configuração familiar.

Configuração Familiar	%
Nuclear simples	47%
Nuclear extensa	6%
Nuclear reconstituída com agregados	6%
Nuclear Reconstituída Extensa	6%
Monoparental feminina simples	18%
Monoparental feminina extensa com avó cuidando de netos e bisnetos.	6%
Monoparental masculina simples	6%
Atípica	6%
Total	100%

Em 64,7% das famílias participantes foi possível identificar o agressor. Nessas famílias foram identificados dezoito agressores, sendo que 33,3% destes desempenham as funções de figura de autoridade, reserva afetiva e provedor material simultaneamente; 16,7% dos agressores coincidem com a figura de autoridade e o provedor material; outros 16,7% coincidem com o provedor material somente; outros 16,7% não desempenham nenhuma das três funções. Ainda, 11,1% dos agressores

desempenham a função de reserva afetiva e 5,5% coincidem com provedor material e com a reserva afetiva. Esses dados, dispostos na Tabela 2, indicam que a violência intra-familiar pode estar, na maioria dos casos, associada ao desempenho de funções na família.

Tabela 2 – Distribuição do agressor por posição ocupada na família.

Posições Ocupadas pelo Agressor	%
Figura de Autoridade, Provedor Material e Reserva Afetiva	33,3%
Figura de Autoridade e Provedor Material	16,7%
Provedor Material e Reserva Afetiva	5,5%
Provedor Material	16,7%
Reserva Afetiva	11,1%
Não coincide com nenhuma função	16,7%
Total	100%

4.0 Discussão

A violência física, como foi notado, aparece em diferentes modelos de família, desde o modelo *nuclear*, tipicamente burguês, até um formato identificado por Souza e Peres (2002) como *atípica*. Os dados demonstram que a violência física pode aparecer em qualquer configuração familiar. Ou seja, não foi possível notar uma configuração familiar que anule a possibilidade da agressão contra a criança e o adolescente. A configuração nuclear, identificada em 65% das famílias participantes, também está suscetível a questão da agressão física, o que questiona a crença em sua representação enquanto um lugar de proteção à criança e ao adolescente.

Horckheimer e Adorno (1956) destacam que a família possui um caráter racional, associado às exigências civilizatórias e um caráter irracional, ligado a questões reprodutivas e afetivas. Ambos impossíveis de serem aniquilados, pois, constituem os elementos fundantes da instituição familiar e que, portanto, a acompanharão enquanto ela existir.

O fator irracional da família pode estar ligado ao fenômeno da violência intra-familiar. Se por um lado, na Modernidade, a família media a imposição das exigências morais sociais ao indivíduo, culminando em sua responsabilização pela proteção da criança expressa pelo *Estatuto da Criança e do Adolescente* (BRASIL, 1990); por outro, em seu cerne se estabelecem relações de caráter afetivo, que podem desencadear comportamentos agressivos. Considerar a agressão física um elemento ligado a irracionalidade presente na família não implica sua legitimação. O presente trabalho não tem esse objetivo. Ele visa compreender os aspectos ligados ao fenômeno da violência.

Segundo Poster (1979), a família moderna, em seu caráter privado, confere aos pais a responsabilidade em educar seus filhos. Os bons modos, a boa conduta, a inquestionável moral são inculcados na criança por seu cuidador, que ao mesmo tempo provê afeto e ocupa o lugar de autoridade a ser inquestionavelmente respeitada. Essas funções aparecem, na Modernidade, relacionadas à provisão material. É desse modo que a família aparece como o grupo social mais importante para a constituição subjetiva do sujeito, no cerne da sociedade moderna burguesa industrial. É na relação com os pais, mediante processos identificatórios com as figuras primitivas de autoridade e afeto, pais ou outros cuidadores, que a subjetividade da criança é constituída (FREUD, 1976a, 1976b). Nessa mesma dinâmica, a lógica da sociedade se produz e reproduz. Os

processos indispensáveis para a constituição subjetiva são fundamentais para a sustentação e ao mesmo tempo para a modificação da realidade social. Destarte, a mesma importância que tem a família para a constituição subjetiva, tem também para a dinâmica social na intrínseca relação indivíduo e sociedade. Horkheimer (2006, p. 214) ao discutir acerca da instituição familiar afirma que as relações familiares são de grande importância para a constituição do sujeito.

O que ocorre nela plasma a criança desde sua mais tenra idade e desempenha um papel decisivo no despertar de suas faculdades. [...] A família cuida, como uma das componentes educativas mais importantes, da reprodução dos caracteres humanos tal como os exige a vida social, e lhes empresta em grande parte a aptidão imprescindível para o comportamento especificamente autoritário do qual depende amplamente a sobrevivência da ordem burguesa.

Poster (1979) esclarece que na Modernidade a autoridade e a reserva de afeto se concentram, no interior da família, na mesma pessoa, desencadeando uma série de reações ambivalentes entre pais e filhos. Freud (1976c) discute a ambivalência que perpassa os romances familiares. A criança, que a princípio exige a satisfação imediata de seus desejos e recebe dos pais os ternos cuidados ligados a limpeza e a alimentação, reage aversivamente as imposições de regras e limites. Os pais oferecem a criança uma dose intensa de afeto, que inclui amor e ternura e, também, ódio, desencadeado muitas vezes por situações cotidianas como o choro de fome da criança durante a madrugada. Esse panorama ilustra o contorno ambivalente que perpassa as relações entre pais e filhos e que, não obstante, se estende para as relações entre irmãos e cônjuges.

A família burguesa emerge na modernidade contornada por relações de ambivalência e se funda sobre as bases do amor romântico, do sentimento reservado à infância e das práticas higienistas (ARIÈS, 1979). Sua expressão fenomênica comporta um provedor afetivo, uma figura de autoridade e uma reserva de afeto. Na família nuclear do século XIX esses papéis estavam bem distribuídos. O pai representava a autoridade familiar visto que a providência material era de sua responsabilidade. No cerne de uma sociedade sustentada no capital, o detentor desse recurso assumia o lugar de autoridade. À mãe eram atribuídas as responsabilidades do cuidado com a criança oferecendo o afeto não só a ela, mas a toda a família. Nos cuidados com a criança o marido representava a lei e a mãe o lugar de afeição.

Na contemporaneidade, com as configurações familiares que tem se organizado, esses lugares se distribuíram entre os membros da família. Ainda é possível encontrar famílias com o modelo tipicamente burguês, pois o movimento histórico permite a coexistência de elementos passados e presentes, configurando o panorama social, contudo, têm se ressaltado famílias em que essa distribuição tem se dado de modo distinto ao encontrado no século XIX.

Os dados coletados com os questionários indicaram que 83,3% dos agressores identificados desempenham algumas das funções: provedor material, figura de autoridade e reserva afetiva. Tal dado nos indica que a agressão física direcionada a crianças e adolescentes, cometidas por pais ou cuidadores pode estar associada ao desempenho dessas funções. Contudo, 16,7% dos agressores não desempenham nenhuma dessas funções; são eles, filhos e primos.

Esse cenário leva a seguinte reflexão: a violência cometida por pais e cuidadores aparece associada ao desempenho das funções que compõem a dinâmica familiar, no entanto, não diz respeito a todos os casos de violência intra-familiar. A agressão pode ser realizada por outros sujeitos que não os responsáveis pela criança.

A discussão que Freud (1976c) realiza sobre a ambivalência na relação pais e filhos pode ser um elemento explicativo para a agressão, o que engloba também a violência entre irmãos e primos. Frente a isso, se impõe a necessidade de investigação dos processos psíquicos subjacentes a esse fenômeno, a fim de explicar os elementos que sustentariam tais práticas.

5.0 Conclusão

A violência familiar ainda é uma realidade na contemporaneidade. O fenômeno da violência física, que atinge crianças e adolescentes, realizada por cuidadores, pode aparecer em qualquer configuração familiar, indicando que a família nuclear não configura um lugar de proteção a criança. Tal fenômeno pode estar associado a irracionalidade que constitui as relações familiares e a ambivalência inerente a relação pais e filhos.

Ainda, a agressão de pais aparece associada ao desempenho das funções familiares socialmente construídas de provedor material, figura de autoridade e reserva afetiva. Casos de violência intra-familiar de tal natureza não abrangem todos os casos de agressão que aparecem na família e, portanto, sua compreensão implica a investigação de mecanismos psíquicos subjacentes.

6.0 Referências.

ARIÈS, P.. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BEHENCK, D. B.; SCHNEIDER, E. J.. Educação e Afeto: uma ligação necessária. *Revista de divulgação técnico-científica do ICPG*, v.2, n.6, jul./set. 2004. Disponível em <<http://veterinariosnodiva.com.br/books/educacao-e-afeto.pdf>>. Acesso em mai. 2009.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em 13 mar. 2009.

ENGELS, F.. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

FREUD, S.. Moral Sexual Civilizada e Doença Nervosa Moderna (1908). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (vol. IX)*. Rio de Janeiro, Imago, 1976a.

_____. Psicologia de Grupo e Análise do Ego (1921). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (vol. XVIII)*. Rio de Janeiro, Imago, 1976b.

_____. Sobre o narcisismo: uma introdução (1914). In: _____. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud (vol. XIV)*. Rio de Janeiro, Imago, 1976c.

HORKHEIMER, M.. *Teoria Crítica - Tomo I*. São Paulo: Perspectiva, 2006.

HORKHEIMER, M., & ADORNO, T. W.. *Família*. In Institut für Sozialforschung, Frankfurt (Org.). *Temas básicos da sociologia*. São Paulo: Cultrix, 1956.

POSTER, M.. *Teoria Crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SANTOS, A. J. dos. *Do paraíso infantil ao sentimento de culpa: uma travessia*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2004.

SOUZA, S. M. G., PERES, V. L. A.. Famílias de camadas populares: um lugar legítimo para a educação/formação dos filhos. *O social em questão*, 7, 63-74, 2002.